

Programa de emergência proposto aos Governadores

BRASÍLIA — Ao receber ontem no Palácio do Planalto os Governadores dos Estados e Territórios brasileiros, o Presidente José Sarney manifestou a decisão de "negociar com as forças representativas da sociedade um programa de emergência que responda às dificuldades mais graves da hora". Não é possível esperar-se, disse o Presidente aos Governadores, a nova Constituição para a adoção de medidas "inadiáveis" de natureza econômica e social, que devem ser definidas com a participação de todos: "Sem a adesão decidida dos políticos, empresários e trabalhadores, estaremos diante do imprevisível", afirmou.

"A urgência do pacto político foi também apontada aos Governadores. Sarney lembrou que a necessidade do pacto para a "transição institucional" já estava clara à época da disputa pela Presidência no Colégio Eleitoral. E afirmou que, agora, "passada a emoção e as dificuldades iniciais de formação de Governo", está na hora de tornar efetivo este pacto.

Eis o discurso do Presidente:

Reunem-se, neste encontro, as velhas razões de nossa história política. Fomos e somos um povo que reclama a liberdade como o mais alto valor da vida, e vê no federalismo a instituição de Governo capaz de garantir a prática cotidiana da democracia.

"A recuperação da República, tal como sonharam os civis e militares que a fizeram há quase cem anos, dependerá do renascimento da Federação.

"Restabelecer a Federação é um dos compromissos que assumimos, em agosto do ano passado, ao constituirmos a Aliança Democrática, e nossa União política só foi possível graças ao apoio decidido dos Governadores aqui presentes. De certa forma, podemos dizer que a Federação começou a reabilitar-se no encontro de Foz do Iguaçu, em outubro de 1983, e esse movimento se tornou ir-



Para Sarney, existem medidas sociais que não podem esperar a nova Constituição

reversível na vitória de 15 de janeiro deste ano.

"O sentimento federativo esteve no cerne de todas as grandes iniciativas políticas nacionais. Desde a Revolução Pernambucana de 1817 até a Revolução Praieira de 1848, todas as insurreições nacionais se fizeram na reivindicação de autonomia regional.

"Não foram apenas as armas que alçaram os estandartes da Federação: o Parlamento contou com vigorosos defensores dos direitos provinciais durante os dois reinados. Da Regência tivemos um documento avançado para o tempo, o Ato Adicional de agosto de 1834, que criou as Assembleias nas Províncias e, depois da maioria, destacaram-se os estudos de Tavares Bastos, os mais importantes de seu tempo, sobre as razões econômicas e políticas que reclamavam a descentralização do poder.

"A Federação rejeita e impede os governos autoritários. A autonomia dos Estados não pode conviver com o arbítrio, o que faz reunir, no mesmo destino, a Federação e a democracia.

"Reafirmo, diante de Vossas Exce-



Sarney rodeado pelos Governadores, a quem pediu que empenhem sua capacidade para obter a participação de todos no "compromisso com a paz e o futuro" contra o "imprevisível"

lências, meu solene compromisso com a Federação. Sei, pela própria experiência, o que é governar um Estado sob o regime da discriminação tributária e concentração do poder político. Haveremos de estabelecer, na próxima Constituição, o regime federativo que atenderá ao máximo as reivindicações de autonomia dos Estados brasileiros.

"Enquanto isso, mesmo no quadro atual de nossas instituições, tudo farei para governar com os Conselhos de Vossas Excelências. Quero exercer a presidência com a solidariedade e a participação política dos Estados.

Senhores Governadores,

"Todos os atos de Governo, como sabem, só se completam no consentimento da cidadania. Nas condições peculiares de nosso momento político, temos que encontrar novos instrumentos para assegurar esse consentimento, tendo em vista as medidas inadiáveis de ajuste econômico e social que devemos tomar. Não podemos esperar pela nova Carta Institucional, mas tampouco deveremos agir fora do quadro das instituições

existentes. E preciso, portanto, negociar com as forças representativas da sociedade um programa de emergência que responda às dificuldades mais graves da hora. Sem essa adesão decidida dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores, estaremos diante do imprevisível.

"Quando, ao lado do nosso líder Tancredo Neves, fomos para a disputa no Colégio Eleitoral, sabíamos que era absolutamente necessário um pacto político e social durante a transição institucional. Passada a emoção e as dificuldades iniciais de formação do Governo, é hora de consubstanciar esses convênios, enquanto se processa a discussão em torno dos temas constitucionais.

"Para isso conto com a ajuda de Vossas Excelências. Com liderança que exercem sobre o povo brasileiro, podem obter a participação de todos neste compromisso com a paz e com o futuro. Não é difícil renunciar à intransigência, quando se trata da sobrevivência dos nossos grandes valores, que são a liberdade, a justiça e o amor a Pátria."

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião em Brasília, os Governadores:

João Durval (PDS-BA)
 Luiz Alves Rocha (PFL-MA)
 Roberto Magalhães (PFL-PE)
 Hélio Garcia (PMDB-MG)
 Júlio Campos (PDS-MT)
 Luiz Gonzaga Mota (PMDB-CE)
 Gerson Camata (PMDB-ES)
 José Agripino Maia (PFL-RN)
 Divaldo Suruagy (PFL-AL)
 Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)
 Nabor Júnior (PMDB-AC)
 Angelo Angelin (PMDB-RO)
 Jorge Nova da Costa (PFL-AP)
 Leonel Brizola (PDT-RJ)
 Jader Barbalho (PMDB-PA)
 Franco Montoro (PMDB-SP)
 Iris Rezende (PMDB-GO)
 Jair Soares (PDS-RS)ilson Braga (PFL-PB)
 Hugo Napoleão (PFL-PI)
 Espiridiano Amin (PDS-SC)
 João Alves (PFL-SE)
 José Richa (PMDB-PR)
 Wilson Martins (PMDB-MS)
 José Aparecido (PMDB-DF)
 Getúlio Alberto de Souza Cruz (PFL-RR)